

## EDUCAÇÃO EM TEMPOS PANDÊMICOS

José Sales Amaral<sup>1</sup>

### PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

No mundo em que vivemos, discutir a respeito da educação em tempo presente é assunto pertinente no cenário atual. Nas palavras de Pereira (2022) são reveladas preocupações, indignações em relação ao que o mundo educacional vive, num estado e exceções e políticas de valorização... no contexto educacional neoliberal que estamos vivendo é urgente investigar como o sistema educacional público tem atuado frente aos desafios impostos pela Covid-19 (p. 217). O presente texto, constitui-se como parte da dissertação: *Letramentos em escolas situadas em áreas rurais de Irará- Bahia, em tempos pandêmicos: perspectivas e desafios e visa refletir a respeito do ensino online em escolas situadas em áreas rurais em tempos de pandemia. Será descrita de modo objetivo, a realidade pandêmica no cotidiano social, além do percurso histórico sobre o processo de existência das escolas situadas em área específicas: áreas rurais, trazendo definições em torno das terminologias Escola rural e Escola/Educação do campo.*

A pesquisa realizada foi metodologicamente centrada num estudo de caso, com abordagem na pesquisa qualitativa, tendo o instrumento de coleta de dados a entrevistas com professoras, tomando como referência Denzin (2006), Lincoln (2006) e André (2003).

Assim, foram realizadas entrevistas com algumas professoras de duas escolas do município de Irará-Bahia, para a

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira. Endereço eletrônico: josesalles2015.1@gmail.com.

realização do estudo no que diz respeito o modo que o trabalho educativo escolar foi desenvolvido em período de pandemia em meios rurais.

Mais adiante, será discutido a respeito das tecnologias no meio educacional, seus benefícios, citando as políticas de afirmações que foram criadas para que os meios tecnológicos adentrassem no espaço da escola no Brasil. Espera-se contribuir, no meio educacional, por meio dessa breve discussão, fortalecendo debates em torno das tecnologias nas escolas localizadas em áreas rurais, promovendo a visibilidade dessa questão nesses espaços, fomentando as políticas públicas que valorizem a escola no espaço rural e os sujeitos que nela estão inseridos.

## **A PANDEMIA DO VÍRUS (COVID-19) NO CENÁRIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS NO BRASIL**

A palavra pandemia designa o sentido de *Doença infecciosa e contagiosa que se espalha muito rapidamente e acaba por atingir uma região inteira, um país, continente etc*<sup>2</sup>. (Dicionário online), podendo levar o mundo a uma catástrofe global. Em tempos atuais (especificamente no final de 2019, 2020, 2021 e no presente ano 2022), o mundo padeceu e ainda permanece em estado de alerta, devido ao surgimento de um vírus que vem devastando vidas por todos os continentes. Entretanto, a única forma para escapar da doença, como todos sabem, é isolar-se um do outro (SANTOS, 2020). As pessoas para evitar a proliferação do vírus devem manter o máximo de distância das outras, o que faz com que se crie uma barreira entre o vírus e a vida. O uso de máscara, além de outros materiais como o álcool em gel que tenha máxima potencialidade são orientações fornecidas pelo

---

<sup>2</sup> <https://www.dicio.com.br/pandemia/>.

OMS-Órgão Mundial da Saúde (agência não governamental criada em período de guerra, que objetiva traçar ações a nível internacional no que concerne à saúde humana).

Nesse cenário, surge a seguinte inquietação que é levantada por professores, pesquisadores, estudantes, pais e mães de famílias: Como a educação deve agir em tempos de pandemia?

Há uma série de proposições, propostas, sugestões vindas de todos os lados: de todos os campos e cantos, de pessoas que não estão envolvidas na educação e daquelas que a este espaço não possui algum vínculo. O olhar de preocupação se voltou à educação desde então a chegada da pandemia. A escola tornou-se o centro de atenção, pois a maneira que ela era organizada, baseada no contato presencial entre os envolvidos no processo de aprendizagem, professor-aluno, seria drasticamente repensada e mudada com período de crise que o vírus provocou.

Em contexto pandêmico que o mundo inteiro enfrentou, de início, as entidades federais, estaduais e municipais (secretários e gestores escolares), MEC — Ministério da Educação, CNE — Conselho Nacional de Educação, que administram a educação do país, optaram a suspender as aulas presenciais em meados de março de 2019. Essas instituições por meio do apoio de órgãos competentes, orientados pelas pesquisas e recomendações preconizadas pela OMS, buscaram assegurar a vida de seus alunos e colaboradores do setor educativo, do professor, ao pessoal que contribui efetivamente para a qualidade e funcionamento da instituição escolar e que também estão envolvidos no processo, aqueles: porteiro, merendeiras, zeladores, vigilantes.

No decorrer dos dias, tendo constatado que a pandemia não duraria pouco tempo, houve de certa forma nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e ensino médio em todo o Brasil, um movimento com a questão de retomar ou não, as atividades escolares presenciais, mesmo com a circulação do

vírus em alta, mas como a própria organização institucional propicia aglomerações e contatos físicos, professor-aluno, aluno-aluno e demais agentes que fazem a educação, esta não seria a melhor maneira para a preservação da vida. Nesse contexto, foram traçados novos meios que oportunizaram a retomada do exercício da prática escolar. As entidades públicas, representantes de escolas particulares resguardaram a vida dos alunos, trazendo como meio de levar o conhecimento, as vias digitais, fazendo adentrar em uma discussão de uma terminologia *online*, Ead ou Ensino remoto emergencial. Pereira (2022, p. 217) afirma em seu texto que o novo modelo de educação proposto, as novas alternativas foram uma imposição feita pela própria pandemia: *A pandemia impôs uma reinvenção da educação e da escola de modo a promover uma adequação emergencial das atividades ao ensino remoto...*

Cada uma dessas dimensões, essas alternativas que facilitam a aprendizagem do conhecimento científico, como modo de promover a educação, há um entendimento específico em todas elas. O uso dessas terminologias em período pandêmico teve até controvérsias, pois se edificam no prisma da educação *online*.

Aqui, serão apresentadas as definições de educação Ead e Ensino remoto, para conhecermos as metodologias utilizadas pelos professores, garantindo o ensino durante o período de pandemia.

O 1º artigo do Decreto nº 9057/2017 traz a concepção de ensino EAD, sendo assegurado e legitimado pelo documento institucional se descrevendo:

Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e

desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

No excerto a educação EAD, se manifesta por meio de um ensino que seja mediado por vias digitais, com pessoas qualificadas, além de ser destacada as políticas que dê subsídios a acesso aos envolvidos no processo educacional, tendo um processo de interação entre professor e aluno. O ensino sendo acompanhando pelos profissionais pode acontecer em distintos ambientes onde os estudantes estão localizados, não tendo um tempo limitado para seu acesso. No ensino EAD, os estudantes poderão ter acesso ao conteúdo no horário do dia que eles optarem, já que o conteúdo de ensino é armazenado em plataformas digitais que ambos têm acesso.

Se opondo a esse modelo de educação, a Educação remota se pauta em levar de maneira emergencial o conhecimento de maneira de uma interação imediata entre os envolvidos professores aluno.

A educação remota emergencial pode ser apresentada em tempo semelhante à educação presencial, como a transmissão em horários específicos das aulas dos professores, nos formatos de lives. Tal transmissão permitiria a colaboração e participação de todos de forma simultânea, mas pode envolver a gravação das atividades para serem acompanhadas por alunos sem condições de assistir aos materiais naquele momento (ARRUDA, 2020, p. 266).

A educação remota emergencial diferente do ensino EAD, as aulas são (re)estabelecidas nos mesmos horários que são desenvolvidos no período presencial. Os alunos podem interagir com o professor em tempo hábil e instantâneo, não se limitando a aulas gravadas. A educação remota parte do princípio de manter o contato entre professor e aluno, não deixando com que o aluno se distancie da instituição escolar.

Muitas pessoas defendem essa forma de trabalho com a justificativa de que a vida cotidiana não pode parar. A educação não pode se estagnar no tempo. Quando é apresentado um projeto solúvel de um dado problema, eis que surgem novos problemas. Quando se têm ganhos de um lado, há perdas em outro. Quando olhamos para um lado de uma moeda, esquecemos, na maioria das vezes, que ela tem outro lado. Assim, surge a questão quando se fala nas novas propostas no ensino em tempo pandêmico: como pensar em ensino *online* por meio de vias tecnológicas para estudantes de áreas localizadas em meios rurais? Como garantir o processo de aprendizagem nos alunos das camadas populares que não têm nem acesso a recursos básicos para sobrevivência (alimentação digna), muito menos o acesso à internet?

Diante disso, vale refletir a respeito do Ensino remoto para os estudantes oriundos de áreas rurais em tempos de pandemia e como esse trabalho foi desenvolvido pelos professores, observando quais as posturas dos governos em relação ao desenvolvimento das TDICs — Tecnologia Digitais da Informação e Comunicações nas escolas localizadas em áreas rurais, além de levantar estudos feitos por teóricos no que dizem respeito ao espaço rural e a educação como emancipação do sujeito. A seguir, será feito um breve percurso da história de existência da escola pública rural, visão das terminologias escola rural e escola do campo, apresentado por autores que dedicaram reflexões sobre isso.

## **A ESCOLA SITUADA NA ÁREA RURAL: NASCIMENTO E ENFRENTAMENTOS PARA SOBREVIVÊNCIA**

O surgimento das escolas localizadas em áreas rurais veio à tona por volta do século XX, por meio de lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais engendrados por ela. Os camponeses nos anos setenta, com o intuito de ter o domínio da

cultura elitista, de tudo aquilo que era de exclusividade das classes dominantes, começaram a se organizar em prol de uma causa social, a educação escolar das minorias.

Lutar pela escola — escola do campo no campo — e pela universidade tem sido uma das fronteiras mais disputadas nas lutas dos vários movimentos sociais, o que repõe lutar pelo direito ao conhecimento socialmente produzido, aprendido na especificidade dessas lutas (ARROYO, 2015, p. 54).

Desde o início da firmação das escolas em áreas do campo<sup>3</sup>, a luta foi sempre uma atividade constante na defesa para a sua própria sobrevivência. Isso fez superar os problemas que vão de encontro sua existência. A educação do/no/pro campo, se referindo aqui como educação nos meios rurais, dessa forma, foi e ainda é uma luta dos movimentos sociais e ela é firmada, pois foi o ideal e o objetivo dessas lutas. A existência das escolas para os povos do campo sempre esteve atrelada a processos de reivindicações de classes subalternizadas, tendo em vista um processo de reconhecimento e visibilidade. O movimento social imbricado a um ideal de vida melhor para os menos favorecidos torna-se um objeto/mecanismo que educa, instrui e reconstrói crianças, jovens e adultos.

Estamos querendo vincular educação com o movimento social, o que significa isso? Significa que acreditamos que somente a educação se tornará realidade no campo se ela ficar colada ao movimento social. Mais ainda acreditamos que o próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que desde a criança ao adulto novos seres humanos vão se constituindo (ARROYO, 1999, p. 10).

A instituição escolar localizada na área rural é considerada um dos poucos espaços para socialização de crianças e jovens na busca do conhecimento e sendo lugar de grande prestígio para

---

<sup>3</sup> Campo aqui, está sendo colocado como o espaço rural, que possui características específicas: localidade que possui plantações, florestas, matas, animais, aves, etc.

aqueles que desejam ter um futuro promissor, longe dos trabalhos braçais que tem no meio rural. Ela é o artifício para ascensão social do sujeito, promovendo o seu crescimento pessoal, intelectual e emancipatório.

Num contexto que constitui uma rede de opressores e conseqüentemente, oprimidos, a existência de uma escola na área rural é um dispositivo de combate às desigualdades sociais. Há, de modo generalizado, uma luta pela sobrevivência dessas instituições. Governos, entidades, a todo tempo, vão de encontro a existência delas, fazendo constantemente, perpetuarem discursos, crenças hegemônicas nas sociedades, com o intuito de constituir imagens negativas no (sub)consciente das pessoas em relação a esses espaços, que por sua vez, ajudam no processo de aprendizagem dos indivíduos. Arroyo (1999) destaca claramente a postura de órgãos que não se preocupam com a educação do campo, desvalorizando e desprezando sua importância. Vale lembrar que o autor se refere a educação do campo com as instituições localizadas em área rural:

Percebi que estas experiências educativas não tem uma concepção simplista da educação, a imagem que sempre temos na academia, na política, nos governos é que para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com a enxada não precisa de muitas letras. Em nossa história domina a imagem de que a escola no campo, tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler (ARROYO, 1999, p. 11).

É notório o descaso, a falta de interesse de grande parte da população brasileira, sejam elas agentes de próprios governos ou da sociedade civil, em não reconhecer o valor de uma instituição escolar em um espaço rural. A escola situada nesses espaços possui um valor inestimável no processo de apropriação de uma cultura que sempre foi negada aos alunos das camadas populares que a ela frequentam, fazendo combater a desigualdade social,



construindo uma sociedade justa de direitos reconhecidos. Essa seria o primeiro prisma, das três teorizadas por Freire (1979) e discutida por Scocuglia (2005), no que diz respeito aos direitos que as camadas populares têm ao conhecimento. O segundo destaca o direito de conhecerem melhor dentro da sala de aula, aquilo que foi apreendido ao longo de suas vivências, os saberes que foram socialmente construídos. E, o último, traz em cena o valor do pensamento construído pelo estudante. Os estudantes têm o direito de construir o conhecimento, baseados em suas vivências, culturas e visão de mundo. Assim, a partir desses três prismas, as escolas nas áreas rurais desempenhariam um papel que humaniza, fazendo o direito acontecer.

Cabe a essa escola, o processo fundamental de construção do conhecimento, promovendo a socialização de saberes que foram construídos ao longo do tempo. Os alunos das escolas rurais necessitam apropriar de saberes/letramentos que o ajudem a lidar com questões que surgem dentro de suas próprias comunidades onde vivem. Assim, a escola desempenha um papel social de grande prestígio, o de educar o sujeito para a vida, favorecendo, dessa forma, a sua capacitação para o mundo e para a vida.

A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. E a escola, que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. A escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura a formação que acontece fora da escola (ARROYO, 1999, p. 14).

O direito ao saber é veementemente fomentado por Arroyo (1999). O indivíduo não pode ser privado do conhecimento. A escola rural no meio rural deve colocar o estudante em contato com o saber letrado para que esse saber possa ser utilizado como dispositivo para mudança social, de modo que favoreça ao seu desenvolvimento social, intelectual em sociedade.

A ausência de um saber nos currículos escolares dos meios rurais, que compactua com as especificidades desse lugar, favorece ao processo de exclusão dos alunos que ali estão inseridos. Um currículo que esteja atrelado ao saber desses específicos espaços, que contemple especificidades previstas nos próprios documentos que asseguram e sustentam a escola rural é um direito do povo do campo.

O currículo, os saberes devem fazer sentido não só para as crianças das escolas situadas em áreas urbanas, mas também para as que estão inseridas nas escolas de zonas rurais. A necessidade de avaliar o documento, o currículo, que edifica as práticas pedagógicas de letramento dos professores nas escolas desses específicos lugares é nítida, segundo alguns teóricos, como Arroyo (1999). Esse documento que prescreve o ensino nas escolas concebe o estudante oriundo nesses específicos espaços, como um indivíduo que não precisa de um tratamento que favoreça ao seu crescimento.

Os próprios currículos se resumem em atividades superficiais de pouco aprofundamento no saber científico. Essa ação apresenta ocultas justificativas que estão manifestadas no interior do sistema educativo da escola da zona rural: a escola deve estar limitada a poucas letras, a poucas palavras; o povo deve estar podado<sup>4</sup>, a pouco saber, a pouco conhecimento para que (re)vigore a subalternização das classes de baixa renda em detrimento de uma elite branca que detém maior riqueza

---

<sup>4</sup> Aqui tem sentido de não ter liberdade, não estar em gozo de seus direitos.

produzida pelas próprias classes populares. A elite dominadora tornou-se detentores de saberes, de culturas, de riquezas, de terras, impondo limites e fronteiras nas classes menos favorecidas, em particular, nos povos das zonas rurais, campesinos, indígenas, quilombolas.

A história dos currículos das escolas tem mostrado que às crianças e adolescentes e jovens-adultos lhes são oferecidos currículos pobres em conhecimentos e em cultura e apenas medíocres em habilidades primaríssimas de leitura-escrita, contas, noções de ciências, porém fartos em bons conselhos moralizantes. Os movimentos sociais, ao lutarem pelo direito ao conhecimento, à cultura, às artes, aos valores, estão a exigir currículos densos na garantia desses direitos. Lembro-me de uma frase do governador de Minas no final dos anos 20 do século XX: “para mexer na roça nem leitura-escrita é necessária e menos conhecimentos” (ARROYO, 2015, p. 54).

O insucesso das/nas escolas de zonas rurais podem estar imbricado às próprias práticas pedagógicas de letramentos elencadas a partir dos seus currículos, preenchidos por conteúdos hegemônicos e discriminador de outros saberes, que marginaliza, exclui o saber do rural em detrimento do saber elitista.

## **ESCOLA RURAL**

Desde início aqui está se discutindo a respeito de um objeto específico: A escola rural. Isto é: a escola localizada em áreas que diferem do meio urbano. Mas de certa forma, vale a pena apresentar as noções terminológicas além da escola rural, como também a que se refere Escola do campo.

A primeira noção a ser discutida: escola rural, apresenta como uma instituição educativa que está localizada em área específica da sociedade: na zona rural. O desejo de se ter pessoas oriunda das zonas menos favorecidas da sociedade e gozo de direitos básicos como o domínio da leitura e escrita não forma simplesmente concedidos pelo fato dessas pessoas sonharem por

isso. A escola na zona rural nasceu com o intuito de instruir os viventes da terra para responder as demandas do mercado capitalista, que estavam se ascendendo tecnologicamente.

De toda forma, apesar da gloriosa chegada da educação escolar no espaço rural, o pressuposto da educação rural se pautava numa limitação de crescimento do povo do campo. Ela apresentava uma concepção de treinamento das pessoas do campo, para a execução de atividades que estivessem atreladas aos interesses capitalistas da elite,

“A educação rural foi criada com base nos interesses do capital, é fruto dos interesses deste, ou seja, pela busca do desenvolvimento do capitalismo no campo, e não no interesse em buscar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no campo” (MIRANDA; SANTOS, 2017, p. 3).

Na medida em que a sociedade veio se polarizando, crescendo em aspectos populacionais, econômicos, avançando tecnologicamente, a necessidade de ter pessoas capazes de dominar a tecnologia da leitura e da escrita para utilização de máquinas e outros objetos foi se crescendo, a escola foi colocada no centro como protagonistas da capacitação dos indivíduos. Assim, ela foi fundada no campo sob o prisma de capacitar o sujeito ao treinamento de determinados e limitados saberes.

A organização da escola rural voltava-se a prestar assistência e a proteger o homem rural da carência do campo, não tendo como fim último o bem-estar dos trabalhadores rurais (pequenos proprietários, assalariados rurais etc.) de modo a preservar ou a transformar a realidade em favor de seu *modus vivend*. Ao contrário, tratava-os como uma “peça” a ser torneada, preparando-os para se adequarem a uma grande “engrenagem” que gira a favor da consolidação da cultura urbana e de modo de produção (agro)industrial que a sustenta (ROSSATO; PRAXEDES, 2015, p. 21).

A escola rural é uma instituição localizada no campo, no espaço rural, e seu currículo não foi pensado para este lugar específico. Isto é: o currículo da escola rural não apresenta uma

adaptação para os indivíduos que estão envolvidos no processo educativo. O currículo da escola rural é o mesmo currículo da escola que está inserida na zona urbana. E os professores que desempenham o desafio de ensinar nessas instituições rurais, não possui formação específica para lhe dar nesses espaços.

## **A ESCOLA DO CAMPO**

A instituição Escola do campo não foi sempre intitulada por essa terminologia. *A priori*, escola rural designava esse espaço, mas os movimentos sociais, os camponeses, por perceber a natureza em si da escola rural, seu ideal instituído, seus objetivos e vendo as necessidades de o povo do campo persistir ao longo dos anos, buscaram elencar um novo modo de conceber a educação no espaço do campo, contemplando todas as pessoas que vivem nesse meio.

Tendo a visão do espaço rural como precário, escasso de desenvolvimento, a terminologia educação rural passou ser modificada para educação do campo, por meio da própria postura questionadora feita pelos camponeses, estudiosos e movimentos sociais que buscavam melhoria na qualidade educacional do povo do campo. Revigorando nova forma de ver, conceber a escola do campo.

Assim, a escola do campo é pensada para o campo e possui uma organização específica que contempla um povo específico. Seu currículo é totalmente formulado para os estudantes do campo. Os professores possuem formação específica para trabalhar nesse espaço e os movimentos sociais, sindicatos, comunidades estão articulados ao próprio processo formativos desempenhados pela instituição. Ou seja, os movimentos sociais ficam envolvidos com a instituição, a par de todo processo educacional.

No ano de 2010, a educação do campo foi reconhecida como uma política pública que abrangia todo povo que pertence

ao espaço campesino: agricultores, os trabalhadores assalariados, quilombolas, os povos da floresta, dentre outros grupos que possuem identidades específicas, que predominam no campo. Isso foi instituído por meio da Lei nº 7.352/2010.

No que diz respeito aos documentos que asseguram alternativas de educação inclusiva (a EJA-Educação de Jovens e Adultos, a educação profissional, a educação especial, a educação a distância-EAD, e a educação indigena), no ano de 2001 o PNE-Plano Nacional de Educação, por meio da Lei 10.172/01 reconheceu diferentes formas de educação que engendrariam a ação educacional do país, favorecendo a promoção da cidadania, erradicando o analfabetismo nacional. Mas só no ano de 2014 a Educação do campo foi reconhecida e legitimada pelo presente documento que foi atualizado, levando em conta específicas do lugar que o campo engloba (ROSSATO; PRAXEDES, 2015, p. 15).

A seguir, será discutido brevemente a respeito das tecnologias nas escolas ruralizadas, sua chegada, os possíveis ganhos na efetivação desse processo. O in/sucesso das políticas públicas que foram então pensadas para a melhoria da qualidade da educação no campo.

## **AS TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS RURAIS**

A possibilidade de ampliação na qualidade das escolas localizadas em áreas rurais no Brasil é interesse de muitos educadores que defendem esse espaço e de toda a comunidade. As ampliações se dão em instalações de equipamentos tecnológicos; estrutura física; formação continuada dos professores; ensino de tempo integral, tudo isso constitui investimentos, gerando crescimentos que condizem a anseios de muitos indivíduos que se fazem presentes no chão de escolas rurais.

Pensando na inserção das TDICs — Tecnologia Digitais da Informação e Comunicações no âmbito escolar, este seria um

recurso que possivelmente levaria o espaço educativo a novos rumos e até a processos produtivos. Muitos defendem que as TDICs nas escolas, só trariam resultados positivos na sala de aula no quesito da aprendizagem. Esses autores se respaldam no argumento de que as tecnologias da informação seriam mais um meio para se ter acesso à informação, o que faz ampliar a gama de possibilidades para se ter o acesso ao conhecimento científico.

Há quem diga que as tecnologias da informação na escola permitem a afirmação de um futuro colapso educacional, levando a substituição dos educadores pelas máquinas digitais.

Para alguns, elas são sobretudo, meio de consulta bibliográfica, a internet, etc. Para outros, as TIC são também meios de transformação da informação – na medida em que permitem trabalhar com texto, modelos matemáticos, imagem, som, documentos multimídia e hipermídia. Finalmente estas tecnologias podem ser encaradas como suporte da interação e construção de novas identidades pessoais (PONTE, 2002, p. 70).

É observado que, com o avanço das tecnologias ao passar dos anos, foi-se pensado em investimentos nas escolas localizadas nos meios rurais brasileiros, utilizando a “logomarca” de inclusão digital: levando instalações tecnológicas de computadores, lousa digital, tablets, com a premissa do uso das tecnologias como ferramenta de trabalho que favoreceriam ao processo de aprendizagem dos educandos, combatendo a desigualdade e promovendo a inclusão.

Políticas fomentadas pelo governo federal de levar as tecnologias até os estudantes dessas escolas públicas foram traçadas, mas o programa não obteve 100 % de êxito. Antes do investimento dos recursos, nas compras de computadores e outros materiais, não foram observadas questões mínimas como as próprias condições para instalações. Acredita-se que isso estaria associado a responsabilidade dos órgãos administrativos competentes de muitas dessas instituições rurais e das empresas fornecedoras dos equipamentos. Analisa os autores a seguir:

Elaboram-se então, diversos discursos midiáticos e de pressões mercadológicas para compra e venda de equipamentos e softwares apresentados como educacionais, cuja justificativa da inclusão das tecnologias nas escolas do campo surge como a solução para os problemas históricos, estruturais e de aprendizagens daqueles estudantes que se encontram distantes dos centros urbanos. Dessa forma, os jovens das escolas situadas em zonas rurais podem tornar-se cada vez mais suscetíveis a uma inclusão digital mascarada por grandes empresas de telecomunicação em formato de pacto com políticas de educação, especialmente trazidas por discursos voltados para a melhoria do agronegócio (HABOWSKI; CONTE; JUNGES, 2018, p. 157-158)

O resultado disso: um cenário de abandono desses investimentos em muitas escolas públicas rurais. O amontoado de computadores sem nunca serem utilizados, devido a problemas de redes na região da escola, questões ligadas à carga de energia que a própria escola não suporta, tornando o processo de inclusão digital, como sendo apenas uma máscara mercadológica.

A impressão de desenvolvimento para a zona rural, como se o espaço da escola localizada neste ambiente estivesse sendo assistido por políticas públicas de valorização e de avanço foi ao longo do tempo fomentada pelos órgãos governamentais. A maquiagem de um suposto desenvolvimento, apresenta em suas profundezas, um interesse mercadológico, orientado pelo agronegócio dominado por um poder hegemônico de grandes empresários. O status de desenvolvimento para o campo, por meio do acesso às tecnologias pelos alunos, guarda, na maioria dos casos, a intenção de aprimorar “treinar” o conhecimento que respondam às demandas do capital, alimentado pelas mãos que detém o poder.

Em muitas escolas situadas na zona rural, a experiência que se têm com a rede digital é pequena. E em grande parte dessas escolas públicas não existe sequer essa experiência. Visto que em muitas delas, não tem itens básicos que compõe uma instituição digna para ensino: quadro, banheiros, biblioteca, sala de lazer,



lousa digital, computadores, ventilação, água, alimentação e professores que são respaldados por políticas de formação continuada, com dignos salários, todos os itens que faz um mundo escolar desenvolvido em todos os aspectos, além do tecnológico.

Muitas escolas possuem máquinas tecnológicas, mas sem nunca poderem utilizar, por conta de problemas de resistência de rede, pela falta do planejamento para que esse projeto viesse a ser instalado ou pela ausência de profissionais capacitados para trabalhar com as máquinas numa perspectiva pedagógica. A oportunidade de fazer com que muitos estudantes se inserissem no mundo digital, por meio de ferramentas para estudos, foi adiada, prorrogando para um futuro incerto.

Diante disso, surgem alguns questionamentos: como cobrar um Ensino Remoto Emergencial-ERE, sem nunca ter trabalhado essas noções na escola pública localizada e área rural? Como trabalhar com slides, vídeos por vias digitais em momentos de pandemia, como uma alternativa de ensino, sem mesmo a escola nunca ter disponibilizado em momentos de aulas, o conhecimento desses recursos? Dessa forma, será que há garantia de aprendizagem nos alunos?

Pensando em questões como essas aqui colocadas, segundo dados disponibilizados pelo IBGE<sup>5</sup> — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, que muitos estudantes no ano de 2020 ficaram sem acesso ao espaço escolar e sem nenhuma ligação com a instituição educadora. 41% dos estudantes com a faixa etária de 06 a 10 anos permaneceram durante a pandemia totalmente fora da escola. O número menor 27,8% ficaram sem aula com a idade de 11 a 14 anos. Os alunos de 15 a 16 anos de idade cerca de 31,2% marcaram também esses índices de distanciamento da escola. Esses números levantados pelo

---

<sup>5</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>.

Instituto revelam ainda, que 70% dos alunos que estiveram excluídos do espaço escolar, sem acesso as atividades pedagógicas são pretos, pardos e indígenas.

Seguindo os dados da pesquisa, a maioria dos estudantes das zonas rurais não tiveram também resultados positivos em relação ao acesso à escola e as atividades pedagógicas durante a pandemia no ano de 2020. Muitos não tiveram e ainda não têm as condições básicas para sobrevivência, como as três refeições ao dia, objetos de higiene, como pressupõem e descrevem os autores a seguir. “É necessário questionar se as políticas públicas que propõem levar tecnologias às escolas de zonas rurais consideram as particularidades das realidades de professores e estudantes, pois ainda há situações de famílias destes estudantes que não possuem luz elétrica ou água encanada...” (HABOWSKI; CONTE; JUNGES, 2018, p. 158).

Essas questões perpassam o espaço da escola da área rural e estão ancoradas à realidade de vida do estudante. Há de fato escolas com condições um pouco mais avançadas, comparadas a algumas realidades, mas são casos isolados, uma pequena parcela diante de uma realidade tão extensa. Escolas que possuem espaço que proporciona aprendizagem são poucas frente a uma vasta quantidade.

Respostas imediatas são procuradas às demandas que constantemente surgem ao passar dos dias, colocando os professores, pesquisadores e curiosos a um estado de constante pesquisa de alternativas que visam a possíveis soluções dos problemas voltados a educação no meio rural no mundo pandêmico. Restando a palavra “esperançar” que o educador Paulo Freire tanto destacava em suas palestras, nos corações desses fazedores da educação, especialmente dos que trabalham no espaço escolar rural.

## AS NARRATIVAS PEDAGÓGICAS

Nos dados coletados, as professoras descreveram os desafios enfrentados em tempos incertos e como o trabalho foi desenvolvido. As narrativas destacam duas principais questões: o aplicativo *whatsapp* como uma das únicas plataformas utilizadas como meio de prosseguir as atividades escolares na pandemia. E as condições econômicas dos estudantes como sendo os parâmetros de inclusão e exclusão de acesso as aulas no momento de pandemia.

Nós estamos trabalhando *online*, com aulas assíncronas. No meu caso eu só trabalhei via *whatsapp*, mas alguns colegas além de trabalhar via *whatsapp* trabalhou no *meet*, eu não trabalhei dessa forma. Fiz as aulas todas pelo *whatsapp*. Porque o maior desafio, Rosa deve até concordar comigo é a questão da internet. Dos alunos terem o celular pra gente poder trabalhar pela internet. Dos alunos ter o celular, mas é necessário que tenha a internet pelo menos razoável. Na escola onde trabalho, alguns alunos não assistiram aula, por não terem o aparelho celular e alguns que tinham o celular, tinha o celular, mas a internet era aqueles dados (PROFESSORA MEIRE<sup>6</sup>).

Ter o aparelho celular dava condições aos estudantes a cursar ao ano escolar matriculado. Mas além do aparelho tecnológico era ainda necessário que o mesmo tivesse acesso a internet, e isto implica custos que a maior parte deles não tinha condições de arcar.

Uma coisa assim, que era ruim, principalmente agora é a questão das considerações em relação a esse período, foi como você falou, Meire, a questão da internet, que muitos não tinham, não tem condições, não tem nem o que comer, quanto mais ter um celular ali disponível com internet pra aulas. Muitos não tinham mesmo, não tinham, condições difíceis, difíceis, os relatos foram esses, que muitos alunos não participavam por essas condições. Os alunos da zona urbana tem mais condições, mesmo morando

---

<sup>6</sup> Professora 01. Os nomes das colaboradoras foram preservados. Nisto, foram eleitos nomes fictícios para cada uma.

em localidades assim, não é nem considerada mais rural, considerada urbana muitos tinha o celular e não assistia as aulas, não assistia as aulas, então isso assim, os da zona rural foram mais prejudicados, foram mais nesse período agora de pandemia, muitos prejudicados, pelas questões das condições econômicas (PROFESSORA ROSA<sup>7</sup> 2)

Como descrito pelas colaboradoras da pesquisa, as aulas foram feitas mediante o acesso as plataformas digitais e o *whatsapp* foi uma das redes mais utilizadas por elas. O fato de os alunos da zona rural não ter acesso a internet fez com que eles não tivessem acesso as aulas. Isso revela a desigualdade social que ainda é uma das barreiras que deve ser superada por todos. A desigualdade já se começa, segundo as colaboradoras entre os estudantes das zonas urbanas com os das zonas rurais, mostrando que o desafio não é só de a inclusão digital nos meios rurais, mas de políticas públicas que viabilizem o ensino escolar nas escolas localizadas nas áreas rurais e das vidas das pessoas que nesses espaços vivem.

## **CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS**

A escola da área rural é um espaço que merece um olhar mais profundo por meio de políticas públicas que orientem a uma qualidade em todos os quesitos na rede educacional. Para que essas políticas de fato, venham valer a pena nesse espaço, é necessário qualidade em seu planejamento pelos órgãos e setores administrativos, gerando bom aproveitamento dos recursos aplicados.

Pensando numa educação que favoreça a emancipação do sujeito, não se responsabiliza apenas o professor e sua prática, mas todo o conjunto que está ligado ao ramo educacional. Precisa

---

<sup>7</sup> Professora 02. Os nomes das colaboradoras foram preservados. Nisto, foram eleitos nomes fictícios para cada uma.

ser criteriosamente analisado os recursos alternativos de ensino, que foram utilizados em tempo emergencial, como aulas *online* em tempos de pandemia para os alunos de escolas localizadas em áreas rurais terem acesso.

Essa modalidade de ensino que foi traçada/utilizada, de certa forma, foi perversa, pois serviu como parâmetro que limitava o acesso e a exclusão do aluno no espaço escolar. A pandemia fez com que o modelo educacional traçado fosse perverso. Tudo isso, foi resultado das ausências de investimentos na área educacional tanto para as escolas de zona urbana quanto para as escolas de áreas rurais, que aqui está sendo discutida.

Diante de um presente incerto o professor em tempos de pandemia só cumpriu com seu dever, com os artifícios que possuía.

Essa não seria a melhor forma de fazer a educação acontecer, tendo em certa medida, um processo de exclusão e marginalização social, não levando em consideração particularidades presentes no contexto das sociedades, que estava sendo a privação dos alunos aos meios digitais e a outros bens culturais.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Maria Eliza. Diferentes tipos de pesquisa qualitativa: pesquisa do tipo etnográfico. In: *Etnografia da prática escolar*. 10. ed. Campinas, São Paulo, 2003.

DENZI, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. IN: NETZ, Sandra Regina. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed editora, 2006.

ARROYO, M. G. *Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos*. Curitiba, Brasil: Editora UFPR, 2015.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo*. v. 2. Brasília, 1999.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Revista EmRede*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Base Nacional Comum Curricular.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine; JUNG, Hildegard Susana. *Reflexões acerca do uso das tecnologias digitais e as juventudes do campo*. Cadernos CIMEAC, 2018.

MIRANDA, E. SANTOS, A. *Educação do rural versus educação do campo: paradigmas e controvérsias*. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p. 134-146, 2017.

PEREIRA, Áurea da Silva. Educação rural em tempos de pandemia: a falta que a escola me faz. In: KLEIMAN, Angêla; MARQUES, Ivoneide; LEURQUIN, Eulália. *O humanismo ético de Paulo Freire: impactos na configuração de estudos sobre linguagem e ensino*. São Paulo, Pontes editores, 2021.

PONTE, Joao Pedro. Os processos de transformação da gramática escolar. In: DUARTE, José B. *Igualdade e diferença numa escola para todos: Contextos, controvérsias, perspectivas*. Edições Universitárias Lusófonas, 2002.

ROSSATO; PRAXEDES, Geovanio; Walter. *Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.

SCOCUGLIA, Afonso, C. As reflexões curriculares de Paulo Freire. *Rev. Lusófona de educação*. 2005.